



Segunda-feira, 10 de maio de 2021 às 18:04, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3032733: DECRETO PMI Nº 079, DE 10 DE MAIO DE
2021**

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Imbituba

MUNICÍPIO

Imbituba



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3032733>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



DECRETO PMI Nº 079, DE 10 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre o Programa de Política Urbana-Ambiental de Ordenação, Controle e Combate ao Parcelamento Irregular do Solo e da outras providencias.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 3.968/2011, que institui o regime urbanístico e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 4.215/2015, que institui a nova política municipal de meio ambiente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a propriedade urbana que cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO as disposições da lei n. 10.257/2001 (Estatuto das cidades), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana;

CONSIDERANDO que, entre outros, a política urbana tem por diretrizes a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a poluição e a degradação ambiental e a exposição da população a riscos de desastres;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação urbanística preventiva e repressiva, com realização de vistorias periódicas em toda a extensão municipal, visando obstar o parcelador clandestino/irregular no prosseguimento de eventuais obras, abertura de ruas, demarcação de lotes, supressão de árvores nativas, qualquer tipo de intervenção em áreas de preservação permanente – APP, entre outros, que se mostrem tratar de parcelamento de solo sem autorização dos órgãos competentes;

CONSIDERANDO a proliferação de loteamentos clandestinos, crimes ambientais, invasões, construções irregulares e clandestinas que tomou conta de diversos bairros do município de Imbituba;

CONSIDERANDO que o problema está intimamente relacionado ao número insuficiente de Servidores Fiscais de Obras e Posturas e Fiscais Ambientais;

CONSIDERANDO os memorandos 2.794/2018; 14.335/2019; 8.732/2020; 14.022/2020; 17.479/2020; que tratam sobre a necessidade de contratar mais fiscais de obras, posturas e ambientais;

CONSIDERANDO que está em andamento na Procuradoria de Justiça da Comarca de Imbituba o Inquérito Civil n. 06.2018.00003427-1, instaurado para apurar a suposta “omissão” do Município na Fiscalização do parcelamento irregular do solo urbano em Imbituba/SC.

CONSIDERANDO, a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta realizado em 04 de novembro de 2020, entre Ministério Público e o Município de Imbituba, cujo objetivo é a



adequação do setor de fiscalização de obras, posturas e empreendimentos urbanísticos. Com estruturação da equipe técnica e implementação de medidas para a repressão e prevenção de ilícitos e aplicação da Lei nº 6.766/1979 e outras que tratam do ordenamento do solo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO, a Lei Ordinária nº 4.644/2015, em seus artigos:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo, as Autarquias e Fundações Públicas Municipais poderão efetuar a contratação por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, nos casos de:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situações declaradas emergenciais;

II - combate a surtos endêmicos;

VI - cumprimento de convênios ou execução de programas e de ações de natureza emergencial ou transitória nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e habitação;(grifei)

IX - execução de programa de trabalho instituído por Decreto do Prefeito Municipal.(grifei)

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Política Urbana-Ambiental de Ordenação, Controle e Combate ao Parcelamento Irregular do Solo, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta, realizado em 04 de novembro de 2020, entre Ministério Público e o Município de Imbituba, cujo objetivo é a adequação do setor de fiscalização de obras, posturas e empreendimentos urbanísticos.

Art. 2º Para atender aos preceitos do presente decreto, fica autorizado a Secretária Municipal de Administração, a promover as gestões necessárias a contratação temporária de servidores, para as funções de Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal Ambiental e Analista de Projetos (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto) observadas as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC e a estrita necessidade gerada pelo incremento de serviços, a critério dos órgãos responsáveis.

Art. 3º Fica estabelecido o período de duração do presente programa até 31 de dezembro de 2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de maio de 2021.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito



GOVERNO DE
IMBITUBA

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



Imbituba
CAPITAL NACIONAL DA BALEIA FRANCA

Assinado por 2 pessoas: ROSENVALDO DA SILVA JUNIOR e LUCIANO ALVES ZANINI

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://imbituba.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código E095-AD59-D7D3-EF61

